

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.481.012 - DF (2019/0095275-3)

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE** : VALTER EGÍDIO DA COSTA  
**ADVOGADOS** : ÓTAVIO HENRIQUE MENEZES DE NORONHA E OUTRO(S) - DF025118  
GABRIELA SIMOES DE CASTRO COSTA - DF049716  
HEBERT DA SILVA TAVARES - DF000849  
**AGRAVADO** : WIGBERTO FERREIRA TARTUCE  
**AGRAVADO** : JACOBY FERNANDES & REOLON ADVOGADOS ASSOCIADOS  
**ADVOGADOS** : JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES - DF006546  
JAQUES FERNANDO REOLON - DF022885  
MELANIE COSTA PEIXOTO - DF014585  
RODRIGO RODRIGUES ALVES DE OLIVEIRA - DF032653  
MURILO QUEIROZ MELO JACOBY FERNANDES E OUTRO(S) - DF041796

### DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por **VALTER EGÍDIO DA COSTA**, contra decisão que negou seguimento ao recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado na alínea "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (fl. 564-565, e-STJ):

APELAÇÕES CÍVEIS. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. RESSARCIMENTO POR PAGAMENTO INTEGRAL DE DÍVIDA EM EXECUÇÃO FISCAL. AJUIZAMENTO EM FACE DE SÓCIO SOLIDÁRIO. SATISFAÇÃO DA OBRIGAÇÃO POR TERCEIRO NÃO INTERESSADO. DEMONSTRAÇÃO. ILEGITIMIDADE ATIVA RECONHECIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO POR EQUIDADE. NÃO CABIMENTO. REGRA DO ART. 85, §§2º E 6º DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PERCENTUAL SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. QUANTUM. PARÂMETROS. 1. Havendo nos autos prova de que o pagamento da execução fiscal que deu origem à ação monitória foi realizado por terceiro não interessado, pessoa estranha à pessoa jurídica devedora e aos sócios que a compõem, deve-se reconhecer a ilegitimidade ativa do sócio para buscar ressarcimento, em face do sócio solidário, de metade da quantia desembolsada. 2. Segundo o disposto no artigo 85, § 8º, do Código de Processo Civil, a fixação dos honorários advocatícios por equidade é cabível "nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo". 3. Julgado extinto o processo, sem resolução do mérito, ante o reconhecimento da ilegitimidade ativa do autor, e não se enquadrando o caso nas situações descritas no § 8º do artigo 85 do Código de Processo Civil, os honorários sucumbenciais devem ser fixados entre dez e vinte por cento do valor atualizado da causa, de acordo com a regra geral dos §§ 2º e 6º do mesmo dispositivo, atentando-se ao trabalho desempenhado pelo causídico, a

# Superior Tribunal de Justiça

complexidade da matéria, o tempo de tramitação do feito, e, também, o compromisso ético e científico do patrono com a realização do direito em questão. 4. Apelações cíveis conhecidas, não provida a do autor e provida a do réu.

Nas razões do especial, (fls. 580-599, e-STJ), o agravante aponta dissídio jurisprudencial quanto a interpretação dada por outro Tribunal quanto à fixação dos honorários sucumbenciais. Sustenta, em síntese, que no arbitramento da verba honorária, nas causas de valor elevado, não havendo complexidade e diante da pouca duração do processo, deve-se observar a apreciação equitativa para sua fixação.

Contrarrazões às fls. 627-643, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 645-647, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso, dando ensejo na interposição do agravo previsto no artigo 1.042, CPC/15 (fls. 649-661, e-STJ).

Contraminuta às fls. 666-671, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação **não** merece prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. Apesar dos argumentos deduzidos no apelo nobre, verifica-se que a parte recorrente não logrou êxito em demonstrar a ocorrência do dissídio jurisprudencial, nos termos do art. 255, § 1º, do RISTJ, porquanto deixou de realizar o necessário cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados, de sorte a evidenciar **a similitude de base fática dos casos confrontados e a divergência de resultados em torno da mesma questão jurídica.**

Como é cediço, a interposição do apelo extremo com fulcro no art. 105, III, "c", da Constituição da República exige comprovação e demonstração, com a transcrição dos trechos dos julgados que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias fáticas que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, **não se oferecendo como bastante a simples transcrição de trechos ou de ementas dos arestos impugnados, sem a realização do necessário cotejo analítico a evidenciar a similitude da base fática entre os casos apontados e a divergência de interpretações.**

O ora recorrente limitou-se a transcrever trechos do julgado apontado como dissonante, consoante se observa às fls. 590-599, e-STJ. Contudo, **não demonstrou o dissídio nos termos exigidos pela legislação.**

A falta de cotejo analítico, por sua vez, impede o acolhimento do apelo no tocante à alínea "c" do permissivo constitucional, pois não foram demonstradas em que circunstâncias o caso confrontado e os arestos paradigmas aplicaram diversamente o direito, **sobre a mesma situação fática.**

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL PELA INSTÂNCIA A QUO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA RÉ. 1. A Corte Estadual dirimiu a

# *Superior Tribunal de Justiça*

matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Não havendo qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material no aresto recorrido, inócua a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973. 2. Nos termos da orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, o pedido deve ser extraído da interpretação lógico-sistemática da petição, a partir da análise de todo o seu conteúdo, e não apenas da rubrica específica. Precedentes. 3. A subsistência de fundamentos aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n.º 283/STF. 4. No caso, a recorrente não logrou demonstrar a divergência jurisprudencial nos moldes exigidos pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. Isto porque a interposição de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional reclama o cotejo analítico dos julgados confrontados a fim de restarem demonstradas a similitude fática e a adoção de teses divergentes, máxime quando não configurada a notoriedade do dissídio. 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1138339/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 03/12/2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO NA ORIGEM. IMPROCEDÊNCIA. ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO QUANTO A NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DA DEVEDORA PARA O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE SUPORTE FÁTICO SEMELHANTE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA. 1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos no Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. Não há falar em omissão, contradição, obscuridade e/ou negativa de prestação jurisdicional se o Tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, ainda que no sentido contrário ao pretendido pela parte. 3. O dissídio jurisprudencial não atendeu aos requisitos dos arts. 1.019 do NCPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, pois não foi feita a indicação clara e precisa dos dispositivos de lei federal em torno dos quais haveria divergência jurisprudencial, de onde se evidencia a deficiência na fundamentação do recurso a atrair o óbice da já citada Súmula nº 284 do STF. 4. Não se conhece de recurso especial interposto pelo dissídio interpretativo cujo suporte fático dos casos confrontados se mostra dessemelhante. 5. Em virtude do não conhecimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, aplica-se ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei. 6. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (AgInt no REsp 1734531/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/10/2018, DJe 31/10/2018).

# *Superior Tribunal de Justiça*

**3.** Do exposto, **nego provimento** ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

